

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DA DIRETORA GERAL
PORTARIA SEDEICS Nº 81 DE 02 DE JULHO DE 2025
DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.
A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS , no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Resolução SEDEICS 171/2025, de 17 de março de 2025 e o que consta no Processo SEI-220012/000102/2021.
CONSIDERANDO:
- o disposto na Instrução Normativa AGE nº 42, de 26 de dezembro de 2017;
- a necessidade de adequação aos preceitos estabelecidos na Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ nº 27, de 24 de agosto de 2017; e
- o constante dos autos do Processo SEI-220012/000102/2021.
RESOLVE: Art.1º - Designar a servidora ANA PAULA DE CARVALHO BRAGGIO, ID - 5149053-6 para atuar como Gestor de bens do Almoxarifado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços a contar de 02/07/2025.
Art.2º - Fica designado como substituto nos impedimentos legais eventuais da servidora acima indicada, a servidora LUCIANA DOS SANTOS BRANDÃO, ID - 5148959-7.
Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
<div>Rio de Janeiro, 02 de julho de 2025</div> <div>AUREA GONÇALVES Diretora Geral de Administração e Finanças</div> <div>Id: 2660175</div>
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO DO SUPERINTENDENTE
PORTARIA JUCERJA/SUPAF Nº 46 DE 03 DE JULHO DE 2025
DESIGNA SERVIDOR EM SUBSTITUIÇÃO NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 04/2020
O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA , no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Decreto Estadual nº 48.123/22 e, na Portaria JUCERJA nº 2166, de 31 de janeiro de 2024, considerando a Lei Federal nº 14.133/21, o Decreto Estadual nº 48.817/23, e o disposto nos autos do Processo Administrativo nº SEI-220005/000225/2025;
RESOLVE: Art. 1º - Designar, a contar de 01 de julho de 2025, o servidor Diogo Ribeiro Lemos, Técnico de Registro de Empresas, Id. Funcional n.º 4349350-5, como FISCAL do Contrato n.º 004/2020, firmado com a empresa IRON MOUNTAIN DO BRASIL LTDA, em substituição a Maris Ribeiro Nunes Chincharo, Técnico de Registro de Empresas Id. Funcional n.º 4347270-2
Art. 2º - Ao agente público designado cabem as disposições firmados na Portaria JUCERJA Nº 27 de 04 de fevereiro de 2025.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, re- troagindo seus efeitos a 01 de julho de 2025.
<div>Rio de Janeiro, 03 de julho de 2025</div> <div>LINCOLN NUNES MURCIA Superintendente de Administração e Finanças</div> <div>Id: 2660293</div>

Secretaria de Estado de Polícia Militar
ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 7593 DE 03 DE JULHO DE 2025
DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIR E COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR , no exercício de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:
- o disposto no Decreto Estadual nº 48.817, de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,
- o Proc. SEI-350026/010255/2025, o qual indica servidores para comissão de fiscalização.
RESOLVE:
Art. 1º- Fica designado, a contar de 30 de junho de 2025, o servidor 3º SGT PM RG 87.014 FELIPE CARVALHO MARTINS, ID 4367359-7 em substituição ao servidor 2º SGT PM RG 85.704 FELIPE SILVA MARTINS, ID 4329742-0 para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº. 030/2025, oriundo do Processo nº. SEI-350006/002446/20205, celebrado com a empresa REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A, devendo observar o estabelecido no Decreto Estadual nº. 48.817, de 24/11/2023. Passando a referida comissão ter a seguinte composição:
- 2º TEN PM RG 69.226 JOSÉ SARAIVA FRAZÃO JUNIOR, ID 2368517-4 - 30º BPM - Fiscal
- 2º TEN PM RG 58.135 MARCOS PAULO BARBOSA RIBEIRO, ID: 2367722-8 - 30º BPM - Fiscal
- SUB TEN PM RG 68.045 PETER CABRAL BUSSINGER, ID: 2368973-0 - 30º BPM - Fiscal.
- 1º SGT PM RG 75.351 ADRIANO SANTOS DE PAULA, ID 2368775-4 - 30º BPM - Fiscal.
- 3º SGT PM RG 87.014 FELIPE CARVALHO MARTINS, ID 4367359-7 - 30º BPM - Fiscal.
- SD PM RG 110.388 PEDRO HENRIQUE PFISTER DA SILVA, ID 512685-0 - 30º BPM - Fiscal.

Art. 2º - O Fiscal Administrativo será substituído em seus impedimen- tos legais pelo Fiscal Técnico, hierarquicamente imediato, o qual pas- sará a atuar como Fiscal Administrativo.

Art. 3º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo 1º deverá(ão) acom- panhar e fiscalizar a execução do Contrato e seus aditivos, bem como atualizar os Gestores do Contrato sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função previstos no Decreto Estadual nº 48.817, de 24 de no- vembro de 2023.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da OPM que receberá o objeto contratual:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da Comissão Fis- calizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das Notas Fiscais do Contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como Fiscal, que a apresentação na Unidade de destino somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para sub- stituição de servidores designados como Fiscais deverá ser feita junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Con- trato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.15 do Decreto Estadual nº 48.817, de 24 de novembro de 2023, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicar seus superiores imediatamente, com o fito de que seja pro- videnciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos mem- bros desta Comissão de Fiscalização, ficam estes servidores vincula- dos às atividades de acompanhamento e controle da execução con- tratual.

Art. 5º - É de responsabilidade da Comissão de Fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 6º - Fica estabelecido que a Comissão Fiscalizadora e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou in- diretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 7º - A Comissão Fiscalizadora deverá se inteirar do teor do Ter- mo de Referência (doc. 99196985) e do Contrato (doc. 95924105), anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, na forma do art. 11, Decreto Estadual nº 48.817, de 24 de novembro de 2023.

Art. 8º - Os Fiscais de Contrato deverão se matricular no Programa de Capacitação em Licitações e Contratos Administrativos realizado pela Secretaria de Estado de Polícia Militar, bem como nos cursos de capacitação e especialização sobre Gestão e Fiscalização de Con- tratos Administrativos promovidos gratuitamente pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - ECG/TCE-RJ (link: https://portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/publico-alvo-esta- dual), a fim de que se capacitem para exercer as suas respectivas funções.

Art. 9º - Todos os Fiscais de Contratos devem atentar quanto à in- clusão obrigatória de fotografia dos bens adquiridos nos Termos de Recebimento Provisório de Objeto, a ser juntado nos processos de pagamento, com o objetivo de aprimorar os processos internos e ga- rantir maior transparência.

Art. 10 - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos servidores designados, os mesmos ficam vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2025
MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA Secretário de Estado de Polícia Militar
Id: 2660301

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 7597 DE 07 DE JULHO DE 2025
DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Ad- ministração Pública e,

- o Proc. SEI-350014/015620/2025, o qual indica servidores para com- por a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 03 de Julho de 2025, os ser- vidores SUB TEN PM RG 68.166 ALESSANDRO DOS SANTOS, ID FUNC. 2409384-0 e 3º SGT PM RG 89.198 DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA, ID FUNC. 4387107-0 substituição a 1º SGT PM RG 81.687 HENRIQUE LUIZ PEREIRA GASPAR e 3º SGT PM RG 93.314 MICHELINE GOMES DA SILVA para compor a Comissão de Fiscalização do Comando de Operações Especiais, com o objetivo de fiscalizar os Contratos nº 059/2023 e 019/2024, oriundos dos Proces- sos nº SEI-350169/001004/2023 e SEI-350169/003773/2023, firmados com a empresa BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A, pas- sando a referida comissão ter seguinte composição:

-2º TEN PM RG 73.370 LEANDRO ARTACHO DA SILVA, ID FUNC. 2242487-3

- SUBTEN PM RG 68.166 ALESSANDRO DOS SANTOS, ID FUNC. 2409384-0

- 3º SGT PM RG 89.198 DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA, ID FUNC. 4387107-0

Art. 2º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempe- nho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos iner- entes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao Gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações ob- servadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, jun- tamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à exe- cução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao Gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao ser- viço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a mu- niciar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções ad- ministrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pe- lo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fis- calizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para sub- stituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Con- trato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos mem- bros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à ativi- dade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Uni- dades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às insta- lações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a en- trega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas de- verão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cum- primento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2025
MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA Secretário de Estado de Polícia Militar
Id: 2660300

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 7606 DE 07 DE JULHO DE 2025
DESIGNA OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR NA FUNÇÃO DE GERENTE EXECUTIVO DE CON- VÊNIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, INCLUSIVE DO CONVÊNIO Nº 740 (CONVERJ) CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPM) E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGU- RANÇA PÚBLICA DA BAIXADA FLUMINENSE (CISPAF), NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 11, inciso II do Decreto nº 913, de 30 de setembro de 1976, considerando a necessidade de designar Oficial da Polícia Militar na função de Gerente Executivo do Convênio a ser firmado no âmbito desta Pasta, na forma do art. 21 do Decreto nº 44.879, de 15 de julho de 2014, e do art. 4º, inciso X, da Resolução Casa Civil nº 350, de 17 de julho de 2014, e o que consta no Processo Administrativo nº SEI 350006/008423/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Major PM Nildo Machado Coelho Filho, RG 84.599, Id. Funcional 4274685-0, CPF: 100.292.457-02, na função de GERENTE EXECUTIVO DE CONVÊNIOS da Secretaria de Estado de Polícia Militar, nos termos do Decreto nº 44.879, de 15 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução SEPM nº 6471, de 8 de outubro de 2024, pu- blicada no DOERJ nº 211A, de 8 de outubro de 2024.

Rio de janeiro, de 07 de julho de 2025
MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA Secretário de Estado de Polícia Militar
Id: 2660167

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO
ATO DA SUBDIRETORA
PORTARIA SEPM Nº 487 DE 12 DE JUNHO DE 2025

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO (PAS) E DÁ OUTRAS PRO- VIDÊNCIAS.

A SUBDIRETORA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições legais de Ordenadora de Despesas, conferidas pela Resolução SEPM nº. 6301, de 23/08/2024, conforme previsões contidas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979 e no art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980,

CONSIDERANDO A decisão exarada no documento nº.101303526, autuada no bojo do Processo nº SEI-350006/012087/2024, dando conta de que a empresa BLUE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.175.822./0001-98, que assinou o Contrato nº 003/2023 index 90108324, cujo o objeto contratual versa sobre Prestação de serviços continuados de cozinha com cessão de mão de obra especializada para atender as Unidades possuidoras de rancho da Secretaria de Estado de Polícia Militar, conforme index supramen- cionado.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Sancionatório (PAS) em desfavor da empresa BLUE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.175.822./0001-98, franqueando o direito ao con- traditório e à ampla defesa através do devido processo legal, além do acesso total e irrestrito aos autos para que a mesma possa efetuar a sua defesa, observando-se os ditames da Lei nº. 5.427/2009 e de- mais legislações correlatas.

Art. 2º- Fica designado o CB PM RG 98.445 CARLOS EDUARDO MATOS DE JESUS, da DLP, para conduzir o PAS visando apurar eventual responsabilidade sobre as condutas descritas no documento nº 101303526 de acordo com o Manual para Aplicação de Sanções da PGE-RJ.